



# Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 051ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1.989.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (52). Achando-se ausentes os seguintes senhores Deputados Hermas Brandão e José Felinto (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, e com fundamento

no disposto pelo Art. 100 do Regimento Interno, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 157/89 constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1380

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1382

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação da redação final, para o Projeto de Lei nº 157/89, na forma do substitutivo geral de autoria da Comissão Geral de Plenário, pelo fato de, ao mesmo não haverem sido interpostas emendas de plenário, no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1388

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JÚLIO POLAK.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 73 anos faleceu o Sr. JÚLIO POLAK que era membro de tradicional família da cidade de São Mateus do Sul.

O falecimento do companheiro e correligionário Júlio Polak, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos

têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Júlio.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Polak, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações a ilustríssima Senhora MARIA AUGUSTA CARDOSO MARQUES, Presidente da CASA DA AMIZADE DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE IVAIPORÁ, enviando-se correspondência ao seguinte endereço: Rua Social, 59 - CEP 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1379

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado por Curitiba, do PDT, que este subscreve, pede a inserção nos anais de moção de apreço e congratulações à Fundação Cultural de Curitiba, nas pessoas da Secretária Municipal de Cultura da Capital, Professora Doutora Lúcia Camargo, à Diretoria de Patrimônio Cultural da Capital, Jornalista Maí Nascimento Mendonça, e ao promotor e autor Arthur Tramujas Neto, bem como ao diretor e patrocinador Dr. Miguel Krigsner, do grupo "O Boticário", pela edição do segundo livro da série "Leite Quente", em 24 de junho passado, com o título "PASSE A CUIA, CHÊ!", precioso ensaio sobre o papel da erva-mate na formação da mentalidade e da identidade cultural dos paranaenses, sobremaneira dos curitibanos, e na povoação do sul do país.

O referido livro além de ser mencionado nos anais desta Assembléia Magna dos Paranaenses, merece lugar em todas as estantes paranistas, razão pela qual este Deputado REQUER digno-se o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado para a Cultura, Dr. René Ariel Dotti, mandar adquirir pelo menos 350 exemplares para distribuição nos 318 municípios do Paraná e nas bibliotecas especializadas do Estado e da Nação.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

No ensaio, esta terra de "homens verdes" que já foi o nosso Paraná aparece em plenitude como endereço de fundação do povoamento do sul do país.

Dele se aprende que a palavra "chimar-

rão", vinda do gado "cimarron", solto pelos jesuítas espanhóis no continente de São Pedro do Rio Grande, desapareceu na Argentina e no Uruguai, sendo substituída pela palavra "mate", e permanece entre nós. Dele se aprende que a palavra "piá", usada pelos curitibanos para designar os meninos, vem do guarani "che-piá", isto é, "meu coração".

Há ainda muitas outras revelações semânticas ligadas à nossa identidade cultural, nestas terras de pingos, cipós, lagos, motucas (esporas), palas, chilenas (esporas grandes), pinhões, céu azul em dias de geada, e pinheirais.

Há ainda revelações históricas que tentam provar que o mate e o nativismo, tão ao gosto dos "gaúchos", são anteriores no Paraná, a partir do momento em que, é em Curitiba, em 1721, que o Ouvidor Raphael Pires Pardini ordena a "abertura de caminhos pela serra" rumo ao sul, e Dom Antônio Caldeira Pimentel, capitão-mor do sul, em 1727, ordena que "Francisco de Souza de Faria, curitibano, abrisse um caminho de terra entre a Terra do Rio Grande de São Pedro, da costa do mar, pela qual possam passar gados, cavalgaduras, para os campos de Corytiba..."

A importância do ensaio se dá porque "a erva-mate foi a alavanca comercial que nos separou de São Paulo, esteio da economia curitibana até quase a II guerra mundial". E há ainda a memória de cantilenas do povo, colhidas pelo autor, e preciosos desenhos de Poty - que, alma da terra, percebeu no tropeiro um símbolo do Paraná -, e mais fotos históricas de inolvidável valor.

Dai por que propomos à Assembléia Legislativa o voto de apreço. E louvamos os esclarecidos editores, autor, e patrocinador. E ainda solicitarmos do Secretário de Cultura do Paraná que se associe na democratização da obra, espalhando-a pelo Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 1374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Congratulações ao Senhor MELVIS MUCHIUTI, Governador do Distrito 464, do Rotary Internacional, dirigindo-se correspondência, a/c do Rotary Club de Ivaiporã, Rua Social, 59 - CEP 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao Senhor JORGE SOPCHAKI, Presidente (Gestão 89/90) do Rotary Club de Ivaiporã, dirigindo-se correspondência para: Rua Social, 59 - 86.870 - Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 1384

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos À REDE PARANAENSE DE TELEVISÃO, e À REDE GLOBO pela inauguração da TV CATARATAS de FOZ DO IGUAÇU a mais nova emissora de Televisão do Estado do Paraná, integrante da Rede Paranaense de Televisão e filiada à Rede Globo.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao DR. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Presidente da Rede Paranaense de Televisão e ao DR. ROBERTO MARINHO, Presidente da Rede Globo de Televisão.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A importância da Televisão na vida moderna é indiscutível, assim como a sua influência decisiva na sociedade, seja como poderoso veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação da Televisão para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

Portanto, é realmente auspicioso o evento que acontecerá no Paraná neste sábado 1° de julho: a inauguração da TV CATARATAS, de Foz do Iguaçu, a mais nova emissora de Televisão do Estado, integrante da Rede Paranaense de Televisão e filiada à Rede Globo.

Auspicioso porque, com o evento desta nova estação produtora e emissora, todo o Paraná passa a ser coberto pela programação da Rede Globo, reconhecida internacionalmente como uma das maiores do mundo.

Equipada com a mais avançada tecnologia e dotada de uma programação de primeira linha, a TV CATARATAS vai cobrir 36 municípios, aos quais somados aos municípios cobertos pelas TVs PARANAENSE (CURITIBA), COROADOS (Londrina) e CULTURA (Maringá) perfazem um total de 311 municípios paranaenses, além de outros no Estado de Santa Catarina na faixa de fronteira, bem como localidades da Argentina e do Paraguai.

Pelo que a Rede Paranaense de Televisão tem representado para o nosso Estado e pelo que a TV CATARATAS passa a representar na sua região de influência, merece os

mais elevados cumprimentos o empresário e líder paranaense, Jornalista FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO: É um homem sobejamente conhecido e respeitado pela sua visão e pelo seu arrojo como empresário. Além disso, tem sido um paranaense e paranista exemplar, que não somente tem participado de todos os movimentos em favor do nosso Estado e de nossa gente, como também tem sido mentor e líder de inúmeras iniciativas e programas em prol do nosso desenvolvimento social, político, econômico e cultural. O Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO é o símbolo do homem paranaense, empreendedor e participativo; é um exemplo vivo da força do trabalho e da boa vontade; é um atestado grandioso da crença em nosso Paraná e nos paranaenses.

O Paraná, reconhecido, presta tributo a este seu ilustre e denodado cidadão; os paranaenses festejam o nascimento da TV CATARATAS, marco importante na sua integração. A Assembléia Legislativa, através desta proposição, associa-se ao júbilo do nosso povo e às merecidas congratulações ao Dr. FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO e ao Dr. ROBERTO MARINHO - em nome deste Poder e do Povo que legitimamente representa.

#### REQUERIMENTO N° 1377

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Antônio José Correia Ribas, Mui Digno Diretor Geral do D.E.R., solicitando a sinalização da BR-272, no contorno da cidade de IPORÃ, que venha a proporcionar a seus usuários condições de segurança no tráfego.

Tal providência tem como objetivo prevenir a ocorrência de vários acidentes que têm sido verificados na citada Rodovia, mormente no trecho de contorno de Iporã, em face da inexistência de sinalização, que tem ceifado vidas preciosas da comunidade, causando-lhes preocupações.

Em vista disso e visando melhorar as condições de tráfego à população, sugere a construção de um trevo de acesso a Iporã.

Pelo motivo exposto e por considerar de grande importância o solicitado para a população local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO 1385

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encami-

nhado, para apreciação pela douta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução n° 35/89, que trata da criação de cargos com a simbologia G-1, nos gabinetes Parlamentares desta Casa.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) LINDOLFO JUNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Os cargos de que trata o Projeto de Resolução n° 35/89, não seriam apenas remunerados por um vencimento básico correspondente a uma nova simbologia - G-1, mas, por uma espécie de módulo.

Assim, um só servidor poderá receber três vezes a simbologia G-1, ocupando três cargos ao mesmo tempo.

Se aplicada a nova norma, na forma como consta do Projeto, servidores que ocuparam cargos comissionados diversos, pelos períodos previstos na legislação para levar os vencimentos dos mesmos nas aposentadorias, poderão pleitear a acumulação de até três desses cargos...

Voltamos a afirmar que os cargos da simbologia G-1, não serão remunerados por um vencimento básico, mas, por um módulo unitário no valor correspondente ao que se chama de G-1.

O precedente parece-nos perigoso, sob o aspecto legal, e poderá gerar incômodos para a administração desta Casa, bem como aos próprios Parlamentares, que terão que optar entre a distribuição dos 10 (dez) cargos, em seus gabinetes, que não comportarão tão elevado número de servidores, ou tratar desigualmente os seus funcionários. A matéria é merecedora de maior estudo.

#### REQUERIMENTO N° 1387

SÚMULA: REQUER transferência de data. Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o doutor Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER seja transferida a data para entrega do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Jabur Abdalla, ora marcada para o dia 18 de agosto de 1989, para o dia 16 de agosto de 1989, tendo em vista que o homenageado encontrar-se-á em viagem na primeira data designada.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 1386

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal de Alçada, suge-

rindo-lhes que adotem, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, a gratificação de representação, no percentual de 80% (oitenta por cento), aos cargos de Assistente de Administração, Economista e Contador, assim como está sendo procedido em relação ao Tribunal de Contas e nesta Casa.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) LINDOLFO JUNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Casa aprovou Projeto de Lei concedendo gratificação de representação, no percentual de 80% (oitenta por cento), aos servidores de nível universitário do Tribunal de Contas.

Depois disso, novo Projeto está tratando da adoção da mesma medida em relação aos servidores da Assembléia Legislativa do Estado.

É justo, portanto, que os servidores do Poder Judiciário, em igualdade de condições, e amparados pela Legislação Federal, também sejam beneficiados.

#### REQUERIMENTO N° 1378

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após a manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Delso José Trentin, Mui Digno Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando o fornecimento de merenda escolar no Educandário Nossa Senhora Aparecida de IPORÃ, onde funciona o pré-escolar e ensino de 1ª a 4ª séries.

O fornecimento de merenda escolar em nosso Estado é de importância vital, mormente nos municípios cuja economia alicerça-se, especificamente, na produção agrícola, como é o caso de Iporã.

Despiciendo torna-se, pois, dizer que grande número de crianças - de poder aquisitivo inferior - frequenta aula com objetivo de beneficiar-se de merenda escolar. Sendo esta as vezes sua única refeição diária. Em face disso, verifica-se a retração no número de frequência, em decorrência da suspensão do benefício.

Tratando-se, portanto, de pretensão de amplo alcance social, é que se justifica plenamente o pleito formulado pelo Município.

Pelo motivo exposto e por considerar de grande importância o solicitado para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) NILTON BARBOSA

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 037/89

Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1º - As despesas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na manutenção dos gabinetes parlamentares, não poderá ultrapassar o número legalmente instituído por Lei.

§ 1º - O Deputado Estadual, ao assumir cargo de Secretário de Estado ou outra função que não aquela para a qual foi eleito, deverá renunciar aos seus vencimentos como parlamentar.

§ 2º - Inclua-se nas despesas de que trata este artigo aquelas decorrentes da contratação de funcionários nomeados para Cargos e Comissão e funcionários celetistas colocados à disposição do Gabinete Parlamentar.

Art. 2º - caso ocorra licença de um Deputado Estadual para assumir cargo de Secretário de Estado ou outra função que não aquela para a qual foi eleito, todos os bens e funcionários da Assembléia Legislativa que estiverem sob a responsabilidade do Deputado deverão ser transferidos ao Suplente que for empossado na vaga decorrente.

Art. 3º - A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná tomará providências que os gabinetes à disposição de Deputados licenciados sejam desativados.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

Apoiamento: João Arruda, Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado e Ferrari Júnior.

## JUSTIFICATIVA:

No momento em que o Poder Legislativo empenha-se para restabelecer o conceito e a dignidade que sempre devem norteá-lo, nada mais justo que o Deputado, ao optar por uma indicação a qualquer função pública que não lhe permita exercer as atividades inerentes ao Cargo de deputado, renuncie ao Gabinete Parlamentar bem como aos respectivos vencimentos. A Assembléia Legislativa, ao convocar um Suplente, não deverá manter dois gabinetes para um mesmo cargo, ou seja, para um Deputado e um Suplente.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 164/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de ITAPERUÇU, desmembrado do Município de Rio Branco do Sul, com as divisas dos atuais distritos Administrativo e Judiciário.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

## JUSTIFICATIVA:

A necessidade da medida aqui proposta é bem vinda, já que tornou-se inconstável o desenvolvimento econômico e sócio-cultural da mencionada localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa proposta.

Assim sendo, esperamos contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 165/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1º - Acresce parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 5º e item 4 ao art. 8º ambos da Lei nº 1.211 de 16 de setembro de 1953.

"Art. 5º - ...

§ 1º - O tombamento de bens, voluntário ou compulsório, por lei estadual, se inicia pela abertura do processo respectivo, por solicitação do interessado ou por deliberação do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

§ 2º - Para os efeitos de que trata o § 1º deste artigo, o Poder Executivo encaminhará, de imediato, mensagem à Assembléia Legislativa.

§ 3º - A deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo pela notificação, assegura a preservação do bem, de responsabilidade do proprietário, até decisão final da Assembléia Legislativa.

...

Art. 8º - ...

1 - ...

4 - Encerrado o procedimento de tombamento, voluntário ou compulsório, a inscrição definitiva em um dos livros do tomo, depende da Lei.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

## JUSTIFICATIVA:

O tombamento de bens pertencentes a particulares no Estado do Paraná, tem gerado séria insegurança aos administrados que, não raramente são surpreendidos com decisões irreversíveis de tombamento de seus bens.

Ocorre que, tal situação, além da insatisfação e insegurança que gera àqueles por ela atingidos, por força da limitação ao direito de propriedade, própria do instituto do tombamento reduz o valor dos bens tombados, a valores muito inferiores aos de mercado.

Com a diminuição do valor de venda de tais bens, o que tem ocorrido é que os proprietários acabam por ofertá-los à ven-

da e diante disso a administração adquiere-os por preços ínfimos.

Por outro turno, o que efetivamente há de ser considerado é que, objetivando minorar as perdas patrimoniais, os proprietários de bens tombados acabam por desnaturá-los e tal postura representa no mais das vezes, irreparável prejuízo ao patrimônio histórico, artístico e cultural do Paraná.

Considerando-se que é na Assembléia Legislativa que se encontram os legítimos representantes dos administrados, é de se impor a obrigatoriedade de lei que institua o tombamento de bens particulares, com o que consagrar-se-á o princípio da segurança jurídica vigente no nosso ordenamento jurídico.

PROJETO DE LEI Nº 166/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado no município de QUATRO PONTES, desmembrado do município de MARECHAL CÂNDIDO RONDON, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial e final a foz da sanga Crissiumal no Arroio Guaçu. Sobe pelo Arroio Guaçu divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo até a foz da Sanga Funda. Sobe por esta até a sua nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo sudoeste até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07 (inclusive) e 10 (exclusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Fundo, descendo por este até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 37, 72, 50, 49 e 36 (exclusivos) e lotes 38, 69, 13, 21 e 35 (inclusivos) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusivos) e 151 e 152 (inclusivos) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz do Arroio Guaçu, ponto inicial e final."

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano do município de QUATRO PONTES:

"Tem como ponto inicial e final a divisa da Chácara 97 na rua Bagé. Do Ponto inicial segue pelas divisas das chácaras 97, 1 e 12 (exclusivos) e quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (inclusivos) até a rua São Leopoldo, segue por esta até a rua 7 de abril, por esta até a rua Santa Cruz, por esta até a divisa das chácaras P.20, divisas das chácaras P.20, P.11, P.10 e P.1 (inclusivos) e quadras 68, 67, 66, 65, 64, 63, 62 e 61 (inclusivos) até a rua Ba-

gé, rua Bagé até a divisa da chácara 97, ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Quatro Pontes conta com infra-estrutura capaz de atender atualmente as necessidades básicas da população que crê na força do trabalho como geradora de progresso e desenvolvimento. A economia do distrito baseia-se na área agrícola, sem no entanto deixar de contar com empresas e indústrias de porte que sustentam uma boa parte da população que vive principalmente em sua sede. Conta com estabelecimentos escolares de 1º Grau, rede de energia elétrica, sistema de telefonia (DDD e DDI) e uma larga rede de estabelecimentos comerciais atendendo amplamente as exigências de uma sociedade cujas raízes primam e zelam pela ordem e respeito ao lado de sua história de espírito pioneiro e empreendedor.

E, por contar com todas as características e condições gerais, propugna por uma administração própria através de sua emancipação política e administrativa, objetivo de toda uma comunidade que se coloca em defesa de um amanhã digno e promissor, cujo passado se confunde com a esperança e conquistas alcançadas numa marcha firme que garante no presente novas conquistas num alvorecer que se aproxima. /

PROJETO DE LEI Nº 167/89  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Escola Especial Raio de Sol - APAE, com sede na cidade de Iguaraçu - PR:

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) IRONDI PUGLIESI

PROJETO DE LEI Nº 168/89.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Creche José do Patrocínio da Silva", com sede e foro no Município de Luiziania.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Creche José do Patrocínio da Silva

congrega todas as crianças nela matriculadas para receber assistência integral, no período em que as mães necessitam se ausentar dos respectivos lares.

Sociedade Civil, sem fins lucrativos, políticos, partidários, autônoma em suas decisões, a Creche supra mencionada dedica-se, desde a sua fundação em 22 de novembro de 1981, à formação integral das crianças que estão sob seus cuidados, mantendo para isso, cursos de Maternal e Jardim de Infância, difundindo entre estas, a educação moral e cívica.

Instrumento legítimo de atendimento às necessidades mais prementes das famílias carentes, reconhece-la como de utilidade pública, implica intrinsecamente em reconhecer o próprio espírito da fraternidade como útil ao alcance de uma sociedade melhor organizada, compromissada com seus deveres.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Creche José do Patrocínio da Silva, em muito tem contribuído, realizando na prática, um trabalho sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos a certeza de que nossos nobres pares nesta Casa, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI Nº 169/89  
Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Jardim Pio XII", com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 29.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Pio XII congrega todos os moradores do Jardim Pio XII, situado no município de Campo Mourão, que venham se integrar à Associação, apoiando as suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos, partidários, desde a sua fundação, em 06 de setembro de 1986, a estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores que a constituem, no sentido do desenvolvimento e conquistas na condição de vida dos homens e da comunidade como um todo.

Reconhece-la como de utilidade pública, implica intrinsecamente em reconhecer o próprio espírito da fraternidade e cooperativismo como útil ao alcance de uma sociedade melhor organizada, cliente de seus direitos e compromissada com seus de-

veres.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Associação dos Moradores do Jardim Pio XII, tem realizando na prática, um trabalho exemplar, na verdade, sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos a certeza de que nossos nobres pares nesta Casa, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Não há expediente a ser lido.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Retornamos a esta tribuna para reiterarmos nossos protestos contra o Sistema Nacional da Habitação: desde o início do ano que os mutuários do sistema permanecem em um sono profundo, quando o Governo Federal colocou à Nação Brasileira em um novo estelionato, ou para melhor nos posicionarmos, diríamos o novo engodo do já falido Plano Verão, que congelou as prestações do BNH - anteriormente conhecido como o maior cabide de emprego na nossa história e o maior veículo de enriquecimento ilícito de alguns captadores de poupança e agentes do Sistema de Habitação, onde os recursos que deveriam ser aplicados diretamente ao mutuário (financiado) pela Caixa Econômica Federal, sem qualquer intermediário, passava, ou passa até hoje, por diversos intermediários-repassadores, onde uma parcela teria que ser colocada numa "caixinha", como é feito hoje com a comissão paga pelos bicheiros do Paraná e, que ninguém sabe para onde foi ou está indo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, até quando a população menos avisada deste País tem que ser vítima de um Governo irresponsável, incompetente para gerir os recursos que já tem um fim específico e, são transferidos para outros fins, tornando aquele para o qual foi arrecadado ou captado inadimplente. O que está acontecendo com o Sistema de Habitação em nosso País é inacreditável. Até a Caixa Econômica Federal, principal agente do Banco Central, que é o banco responsável pela geração dos recursos do Sistema de Habitação, não tem condições de orientar o mutuário de como fica a sua situação, após o término do sono que acabamos de acordar sonhando com o plano verão, que havia congelado as prestações da casa própria - do aluguel - das passagens de ônibus e dos demais meios de transporte - dos salários dos trabalhadores! Só não congelou as tarifas públicas, como: água, luz, telefone, cor-

reios, combustíveis. Congelou também os preços dos produtos agrícolas em poder do produtor, só não conseguiu congelar nas prateleiras dos supermercados, em favor do consumidor.

Fazemos uso desta tribuna, que é a única arma que resta para o Parlamentar que não faz uso dos beneplácidos do palácio do "rei", para reivindicar junto a esta Presidência, com a devida anuência dos nobres Pares desta Casa, para envio de expedientes ao Banco Central e Caixa Econômica Federal, inclusive ao Senhor Ministro da Fazenda, para que sejam imediatamente repassados os recursos destinados à habitação popular, diretamente aos municípios, com supervisão e administração da COHAPAR, para que seja atendida a população de baixa renda, e que, só os senhores prefeitos, que convivem com o problema mais de perto, são os que podem autorizar doação de terrenos para a construção de casas no sistema mutirão. Tirando de vez os repassadores, agentes financeiros-commissionados, e, principalmente os repasses para a famosa "caixinha" e os apadrinhamentos políticos, permitindo, desta forma, que se constituam cooperativas habitacionais, sem que órgãos estranhos ao Sistema venham praticar tal atividade, como é o caso do Instituto de Previdência do Estado, que desviou seus recursos em habitação, com fins políticos, deixando de construir hospital para o servidor, que é a sua real finalidade.

Para finalizar, quero mais uma vez alertar os órgãos responsáveis pelo Sistema de Habitação, para uma resposta e orientação correta ao mutuário sobre o valor de sua prestação, inclusive, transferindo a diferença em atraso, provocado pelo congelamento do Plano Verão, para o saldo final do contrato, que assim procedendo, poderá impedir a inadimplência de mais de oitenta por cento (80%) dos mutuários, em razão da defasagem de seus salários, que não consegue acompanhar os "golpes" ou estelionatos do Governo, contra a classe trabalhadora deste imenso Brasil.

É do conhecimento geral, que o mutuário da habitação, paga de duas a três vezes mais do valor real por metro quadrado de construção..."

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O que o Brasil precisa é de concorrência.

Ontem, neste mesmo espaço, foi publicado, como matéria paga, um texto assinado pela Excelentíssima Deputada Federal Dirce Tutu Quadros, transcrevendo seu pronunciamento sobre a colocação no mercado financeiro de um novo produto do Bamerindus, o título de capitalização COOPERCAP.

A ilustre Deputada inicia seu pronunciamento com referências elogiosas ao meu comportamento como banqueiro, corroborando as opiniões que expressara em correspondência pessoal em outubro do ano passado, e que muito me honraram.

Quero reafirmar, antes de entrar especificamente no assunto COOPERCAP, que continuo a defender as mesmas idéias a respeito do papel social dos bancos, e da importância da livre iniciativa como meio de construirmos uma nação justa e democrática.

Acreditando nestes princípios, o Bamerindus sente-se bem, atuando em um mercado arduamente competitivo, onde disputa a conquista e a manutenção de clientes com instituições da dimensão e competência de um Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BANESPA, BRADESCO, Itaú, Real, Unibanco, Citibank, Boston, Nacional entre outras entidades financeiras nacionais e internacionais. Ter o privilégio de atuar nesse mercado nos estimula e nos orgulha. Permite que andemos de cabeça erguida, pois o mercado financeiro do País não é uma sincera, nem abriga reservas que desfiguram a concorrência. É competência e competição, em que a conquista de um cliente hoje não significa a sua permanência amanhã. O mercado é interagente, instável, e isto só beneficia o usuário, que pode trocar de banco de acordo com a sua conveniência. Infelizmente, numa economia de oligopólio e monopólio, a situação de liberdade para competir chega a ser quase uma exceção.

Capitalismo pressupõe livre mercado, e livre mercado exige competição. Sem isso é cartório, e reserva em benefício do uno e detrimento da maioria. Acredito no capitalismo, na liberdade de mercado e por isso acredito no sistema financeiro nacional, onde se praticam esses princípios.

Quando da promulgação da nova Constituição, o Bamerindus foi o único banco a operar a taxas constitucionais de 12% ao ano, reduzindo sua receita para cumprir a lei. Na época, afirmei ao JORNAL DO BRASIL: "...não podemos começar a descumprir a Constituição se quisermos chegar à democracia." O banco aguardou durante 30 dias a regulamentação da matéria, e só após a fixação de normas pelo Banco Central voltou a operar as taxas de mercado.

O Bamerindus tem atuado com toda a seriedade que a sua atividade exige. E trata o mercado de maneira séria. Como um seg-

mento importante da nossa economia capitalista, que tem a competitividade como princípio. Com essa visão, fomos pioneiros no lançamento da Conta Remunerada e da Cobrança Remunerada, transferindo para os nossos clientes parte da receita das aplicações financeiras de seus depósitos. Fomos, também, pioneiros na garantia de cheques.

Os primeiros - antes mesmo da decisão do Congresso Nacional - a perdoar parte das dívidas dos pequenos empresários e agricultores; a lançar o Ouro Bamerindus, democratizando essa aplicação financeira, antes acessível apenas aos privilegiados com grandes capitais. E foi assim, com esse espírito inovador e competitivo, que chegamos ao COOPERCAP Bamerindus.

O COOPERCAP BAMERINDUS é um título de capitalização, aprovado pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados, com Capital Social Integralizado de NCz\$ 7,5 milhões, que garante à Financial Cia. de Capitalização o lastro para o seu funcionamento.

Além de obedecer a todos os trâmites legais e submeter-se à decisão das autoridades constituídas, o Bamerindus, com o COOPERCAP, sem qualquer subterfúgio, presta um serviço ao País. Na opinião de especialistas do mercado financeiro, o COOPERCAP BAMERINDUS permite o alongamento da poupança ao estabelecer prazos superiores a doze meses para a retirada de recursos. E, na verdade, nem se constitui em uma novidade. Títulos de capitalização existem na Europa desde 1850, e no Brasil desde 1925. O Bamerindus possui a terceira maior poupança do sistema financeiro privado, com quatro milhões de cadernetas, sendo este hoje o nosso maior ativo aplicado no financiamento de milhares de casas próprias num período médio de 14 anos de financiamento. Podemos ser chamados de tudo - esta é a liberdade que a democracia pela qual temos lutado permite - mas jamais de incompetentes e irresponsáveis, a ponto de colocar em risco, com o COOPERCAP BAMERINDUS, título de capitalização de curto prazo, a sobrevivência de nossa própria instituição. O COOPERCAP compete na área de capitalização, jamais com a poupança. Mesmo porque a liquidez da poupança é imediata, além de ter juros e correção monetária creditados a cada 30 dias. Nos títulos de capitalização, como o COOPERCAP BAMERINDUS, que também rendem juros e correção monetária, os recursos só são disponíveis quando sorteados ou ao final do plano, além de pagarem taxa de administração. São produtos que correm em áreas diferentes, para necessidades diferentes.

O Bamerindus, tendo obedecido a todos os trâmites legais e atuariais criando reservas técnicas sob supervisão das autori-

dades constituídas, lançou o COOPERCAP BAMERINDUS. Logicamente não consultou os concorrentes nem setores eventualmente ameaçados.

Acreditamos na livre concorrência e no mercado. O consumidor é senhor da vida ou morte de produtos. Não fosse assim, nosso País ainda estaria andando com as carroças em vez de automóveis, ônibus e aviões.

A melhor coisa para acabar com o COOPERCAP BAMERINDUS é criar um produto melhor que ele.

(a) JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA  
Grupo Bamerindus  
Presidente"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, devidamente apoiado, constante do expediente. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 157/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/89, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA e OUTROS, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Magistratura e Ministério Público. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 85/89, de autoria do Deputado ORLANDO PES-SUTI, que concede pensão mensal a Senhora MARIA CARLOS MONTANI PEREIRA, viúva do ex-Prefeito do município de São Pedro do Ivaí, Aloísio Alves Pereira, no valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência. Aprovado. (Publ. no DA n° 23, de 18.04.89).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto Lei n° 131/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que atribui Gratificação de Responsabilidade Técnica aos ocupantes dos cargos de Nível Universitário da Administração Direta e Autárquica do Estado, extensivo aos Inativos, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no DA n° 46 de 05.06.89).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 89/88 (Mensagem n° 100/88 ex-Proposição n° 98/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por maioria, que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e com a interveniência de DER, com os municípios e datas que especificam, todos os objetivando a execução das obras que especificam, do "Projeto Cura", nos referidos municípios. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 22/89 (Mensagem n° 49/89 ex-Proposição n° 35/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 16 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os municípios de SANTO ANTÔNIO DO CUIUÁ e SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando a execução de obras e serviços de controle da erosão Urbana nos referidos municípios. (Inclua-se aqui o Município de CIDA-DE GAÚCHA). Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 23/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 29/11/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e a Empresa de Portos do Brasil - PORTOBRAS S/A, vinculada ao Ministério dos Transportes, objetivando a realização de estudos da navegação nos Rios Paranapanema e Tibagi. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 24/89 (Mensagem n° 48/89 ex-Proposição n° 34/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por

unanimidade, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Trabalho e Ação Social, e os municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Produção de Alimentos em Panificação e do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis, Leite e Soja, Sucos e Sopas Cremosas. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 25/89 (Mensagem n° 13/89 ex-Proposição n° 15/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados em 08/11/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, e os que especifica, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos municípios que especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 26/89 (Mensagem 18/89 ex-Proposição n° 20/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios de Auxílio Financeiro sob n° 1/88 a 11/88, celebrados em 07/03/88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação, a Fundação Nacional do Índio - 1a. Região e, respectivamente os municípios de Cardido de Abreu, Guapirama, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Manoel Ribas, Ortigueira, Palmas, Paranaguá, Santa Amélia, São Jerônimo da Serra e Turvo, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino à crianças da Comunidade Indígena, de 1a. a 4a. séries do 1° grau nas reservas Indígenas do Paraná.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 36/89 (Mensagem 57/89 ex-Proposição n° 43/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Convênios de 1° de março de 1988, e termos aditivos datados de 29 de julho de 1988 celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social, e os municípios que especifica, objetivando a implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária nos referidos municípios. Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1380, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1382, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1373, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1374, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1375, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1377, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1378, de autoria do Sr. Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1387, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1388, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1379, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1384, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1386, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1385, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando para

o dia 1° de agosto, terça-feira, à hora regimental, a Sessão de instalação do 2° período de Sessões Ordinárias da 3ª Sessão Legislativa da 11ª Legislatura.

Levanta-se a sessão.

#### Ato da Comissão Executiva:

##### DECRETO LEGISLATIVO N° 272/89

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 0707, de 14 de fevereiro de 1989, deste Poder,

#### RESOLVE:

aposentar, nos termos dos artigos 138, inciso II; 140, inciso III; 157; 170 e parágrafo único; 171 e parágrafos; 172, inciso IV; e 179, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula n° 391, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à Simbologia D.A.S. - 4, acrescidos de gratificação de representação; cinco (05) triênios incorporados, conforme dispõe o Art. 4°, e parágrafo 1°, da Resolução n° 2-64, cinco (05) quinquênios e três (03) adicionais incorporados, cem por cento (100%) sobre o respectivo vencimento de gratificação pela prestação de serviços em regime integral e dedicação exclusiva, conforme disposto no Art. 4°, da Lei Complementar n° 21, de 26 de outubro de 1984. Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.06.89.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO

1° Secretário

WERNER WANDERER

2° Secretário